

Reflexões psicanalíticas sobre o infamiliar e o Édipo no atendimento de crianças acolhidas institucionalmente

Psychoanalytic reflections on the unfamiliar and the Oedipus in institutionally welcomed children

Eduardo Ribeiro Vasconcelos*

Patrícia da Cunha Pacheco**

Claudia Rodrigues Pádua Salgado Beato***

Daniela Scheinkman Chatelard****

Resumo

Apresentamos neste artigo um breve relato sobre a experiência psicanalítica no atendimento a uma criança acolhida institucionalmente. Nessa vinheta clínica, perpassamos pelos sintomas apresentados pelo paciente e pelas demandas endereçadas ao psicanalista durante o trabalho de análise nesse contexto de atuação. Para uma leitura teórica dessa experiência, recorremos aos conceitos do fenômeno do infamiliar e da estrangeiridade. Concluímos com uma releitura da mitologia edípica, em suas semelhanças com a vivência das crianças abrigadas institucionalmente, para localizarmos nessas experiências a possibilidade de ressignificação do desamparo fundamental, como precursor do processo de análise.

Palavras-chave: Criança acolhida. Infamiliar. Édipo. Subjetividade. Psicanálise.

Abstract

In this article, we present a brief report on the psychoanalytic experience of caring for a child in institutional care. In this clinical vignette, we examine the symptoms presented by the patient and the demands addressed to the psychoanalyst during the work of analysis in this context. For a theo-

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB). Psicólogo do Núcleo de Saúde Ocupacional da Câmara Legislativa do Distrito Federal. Brasília, DF, Brasil. eduardo_vasconcelos82@hotmail.com

** Psicanalista. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, DF, Brasil. ppacheco.psicanalise@gmail.com

*** Psicanalista. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, DF, Brasil. claudia.beato1@gmail.com

**** Professora Associada do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, DF, Brasil. dchatelard@gmail.com

retical reading of this experience, we resort to the concepts of the phenomenon of the unfamiliar and of foreignness. We conclude with a reinterpretation of the Oedipal mythology, in its similarities with the experience of children in institutional care, to locate in these experiences the possibility of resignifying fundamental helplessness, as a precursor to the process of analysis.

Keywords: Welcomed children. Unfamiliar. Oedipus. Subjectivity. Psychoanalysis.

Introdução

Tal como previa Freud (1919[1918]/1996), ao afirmar que a psicanálise defrontar-se-ia com a tarefa de enlaçar os seus conhecimentos aos variados contextos de atuação, o psicanalista vem sendo constantemente confrontado com a necessidade de articular sua prática aos diversos tipos de espaços e demandas. De modo semelhante, Lacan (1953/1998) chamou atenção para o fato de que os psicanalistas deveriam renunciar ao exercício da psicanálise caso não conseguissem “alcançar, em seu horizonte, a subjetividade de sua época” (p. 322). Essas assertivas indicam que a psicanálise sempre esteve atenta para a necessidade de o psicanalista se articular com o mundo em que está inserido e com as demandas às quais é instado a atuar.

Nesse sentido, acreditamos que a teoria freudiana sempre se mostrou apta a agir teórica e tecnicamente nos vários contextos em que foi demandada. Dentre esses campos de atuação, encontra-se o acompanhamento psicológico das crianças e dos adolescentes acolhidos institucionalmente, conforme previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Este artigo tem por objetivo compartilhar a experiência de uma psicanalista nesse campo de atuação. Aliadas à exposição dessa experiência clínica, apresentamos algumas considerações sobre as questões que se endereçam ao psicanalista, bem como um recorte teórico do conceito do infamiliar e como este se vincula à questão da estrangeiridade e do desamparo fundamental. Entendemos que o trabalho de acompanhamento dessas crianças e adolescentes, realizado tanto no período de acolhimento, quanto no período pós-adoção, deve ser alvo de considerações e construções teóricas a fim de ampliar o conhecimento e auxiliar na clínica desses profissionais.

Para tanto, estruturamos o texto com a apresentação e a descrição da experiência clínica de uma das autoras, demonstrando as questões que se dirigem ao psicanalista nesse contexto. Em seguida, desenvolvemos alguns apontamentos sobre o conceito e o fenômeno do estranho-familiar, naquilo que abarca e que se correlaciona com o saber psicanalítico nessa experiência. Para complementar essa discussão, apresentamos uma leitura particular do contexto e das peculiaridades de uma das principais mitologias utilizadas pela psicanálise, demonstrando que as questões da estrangeiridade, do infamiliar e do desamparo fundamental perpassam a mitologia do Édipo.

A experiência psicanalítica com crianças acolhidas

Como afirmado, nesta parte inicial apresentamos a experiência clínica de uma das autoras deste artigo em sua atuação com crianças em situação de acolhimento institucional e no período posterior ao processo de adoção. Para contextualizar este trabalho é necessário entendermos alguns aspectos que particularizam essa atuação. Apesar de vários estudos terem demonstrado as graves consequências da institucionalização prolongada para o desenvolvimento psíquico, afetivo e cognitivo de crianças e adolescentes, ainda está profundamente enraizada em nosso país a ideia de que a institucionalização de longo prazo protegeria essas crianças, além de poupar a sociedade de sua presença incômoda.

Com a entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como cidadãos de direito. A partir de então, conforme prescrevem os artigos 92 e 101 do estatuto, o encaminhamento para serviço de acolhimento passou a ser concebido como medida protetiva, de caráter excepcional e provisório, bem como indicado apenas nos casos em que a situação representa grave risco à integridade física e psíquica da criança ou do adolescente. O ECA também assegura, prioritariamente, o direito de crianças e adolescentes à convivência na família de origem e, excepcionalmente, na família substituta (BRASIL, 1990).

O estatuto também determina que, quando uma criança é acolhida institucionalmente, deve haver um esforço para a reintegração na família de origem ou extensa. Em vista disso, somente a partir do momento em que a volta à família biológica é considerada inviável, a adoção se apresenta como alternativa para garantir o direito da criança à convivência familiar. Ou seja, uma criança somente pode ser inserida no Cadastro Nacional de Adoção quando todas as possibilidades de reinserção familiar estiverem esgotadas. Ademais, com a edição da nova lei de adoção em 2009, que incluiu alterações no ECA, restou determinado que é dever da equipe técnica da instituição de acolhimento fazer a preparação psíquica de cada criança encaminhada para adoção (BRASIL, 2009).

Nesse contexto, a partir da chegada deste sujeito na instituição de acolhimento, faz-se necessário um trabalho de acolhimento e de escuta de suas dores e de suas angústias, pois, ao ser retirado de sua família de origem, ele se depara com o novo e, portanto, com o desconhecido. Ao realizar a escuta de algumas dessas crianças, aparecem em seus discursos as dificuldades de adaptação a uma nova realidade institucional ou familiar. Elas indicam que esse sofrimento, ainda

que de modo singular a cada um, diz respeito às perdas e às dificuldades em relação à experiência de saída de sua família de origem. Tal experiência clínica faz emergir a questão da ex-patriação como possibilidade de reeditar certos impasses psíquicos referentes ao processo de subjetivação e, por consequência, pode dar lugar ao surgimento do sentimento de estraneidade.

Importa elucidar que utilizamos o significante ex-patriado no presente artigo para designar a criança que saiu da sua família de origem, no sentido de que o prefixo ex tem origem latina e exprime a ideia de separação, de afastamento, e quando é colocado antes de um substantivo, ligado a ele por um traço, expressa a ideia do que foi e não é mais. Pensar sobre essa questão se faz importante porque aponta para um dentro e fora, um semelhante e um dessemelhante, o que coloca os seus representantes como portadores da marca do que é preciso esconder, do que não é desejado, do que está marginalizado ou do que está excluído.

Ademais, mudar implica ressignificar o familiar e se deparar com inúmeras perdas, inclusive a de objetos imaginariamente confiáveis, e para que isso possa se dar é necessário que a criança ou o adolescente vivencie o luto e o desamparo. Nestas situações, destacamos a importância de convidar o sujeito a falar, pois a dor da perda e o luto muitas vezes são silenciosos e, outras vezes, silenciados. Na escuta desses sujeitos é importante pensá-los em face de um intenso sofrimento e considerar o que se constitui como marca para eles. A escuta desse discurso pode ser insuportável pela situação em si, mas também porque significa se haver com o horror do estranhamente familiar conhecido pelo próprio psicanalista.

Sabemos que para a psicanálise toda relação com o Outro é faltante, da ordem do enigmático, da estranheza, tanto do sujeito consigo mesmo quanto com o outro. Já no início de sua obra, Freud (1950[1895]/1996) escreve sobre a experiência de satisfação do bebê como algo fundamental e estruturante à sua constituição psíquica. Para ele, desde seu nascimento o bebê tem por relação um outro, que pode ser a mãe ou alguém que a represente, cuja função é satisfazer suas necessidades e suas demandas. Mas este bebê pode se deparar com uma falta de resposta ao gritar novamente em busca da satisfação primeira, supondo, segundo Lacan (1958-59/2016), a existência de um Outro, potente, capaz de complementar o que lhe falta. Para Lacan, a ausência de resposta se dá porque a esse Outro também falta, ele também demanda, convocando o sujeito a esse lugar enigmático do “*Che vuoi?*”, “Que queres?” – que retorna ao sujeito de forma invertida: “Que quer o outro de mim?” – situando-o nesse lugar enigmático e estranho.

Além disso, a saída da família de origem é uma experiência que coloca algumas perdas em evidência – do lugar de pertencimento e das representações familiares. Tal vivência pode provocar a reedição do desamparo original, podendo ser causa de sofrimento para a criança ou para o adolescente. Falar de separação da família de origem é falar de um corte dos referenciais identificatórios. Algo se perde, o estranho pode comparecer, sem possibilidade de elaboração. Ou seja, o deslocamento familiar, que está articulado com o deslocamento psíquico, com a separação do Outro que o significou e que o constituiu, pode abalar os referenciais do sujeito.

Nesse contexto, supomos lidar com um sujeito em sofrimento, buscando uma filiação, um pertencimento, uma escuta, enfim, um lugar onde possa existir como sujeito do desejo. É um momento de grande angústia, no qual a criança se encontra desamparada. Muitas vezes, estas crianças e adolescentes vêm de um contexto de maus-tratos, abandono, abuso sexual e, a partir da situação clínica, percebemos seus graves efeitos na constituição subjetiva de cada um. No trabalho de psicanálise com estes sujeitos, aprendemos que, no encontro com a referida realidade aterradora, eles podem relativizar os abusos parentais, criando fantasias a fim de se protegerem, demonstrando nos sintomas, no modo de se colocarem no mundo e nos relacionamentos parte do que lhes aconteceu. Muitas vezes, a criança maltratada tem grande vulnerabilidade afetiva e qualquer perda pode lhe causar sofrimento. Outras, que foram violentadas fisicamente e/ou verbalmente, podem ter dificuldade de se integrar, mostrando-se agressivas numa tentativa constante de se proteger.

Como demonstração clínica dessas percepções, apresentamos a história de José, nome fictício dado a uma criança atendida, desde o seu acolhimento na instituição até a adoção, por uma das autoras deste trabalho. José tinha dois irmãos, o mais velho vivia nas ruas, envolvido com o tráfico de drogas. O menor, filho de outro pai, vivia com a família paterna. O genitor de José abandonou a família quando ele ainda era muito pequeno. Desde os cinco anos, José era deixado sozinho, enquanto sua genitora ia para as ruas se prostituir e usar drogas. Em decorrência dessa negligência, ele foi retirado da sua mãe biológica e entregue para a avó materna. Aos sete anos, José foi acolhido institucionalmente, depois que vizinhos denunciaram que a criança vinha sofrendo maus-tratos por parte da avó há pelo menos um ano.

No início do período em que esteve acolhido, José era uma criança agitada e agressiva. Ele atuava suas dores com brincadeiras que tinham como característica provocar sofrimento nas outras crianças. De outro modo, suas brincadeiras demonstravam uma tentativa de destruir o que era do outro. Quando

questionado sobre o que havia feito para as outras crianças, sua resposta era: “Fiz porque quis”. Além disso, ao mostrarmos que a outra criança estava chorando em função das suas atitudes, sua resposta era: “E daí?”.

Provavelmente, José estava tentando simbolizar nas brincadeiras e nas relações com as outras crianças os vários “E daí” que experienciou em sua vida. “E daí” que ele chorava quando ficava sozinho enquanto sua mãe ia para as ruas se prostituir e usar drogas? “E daí” que ela chegava em casa transtornada pelo uso de drogas e o espancava? “E daí” quando ele foi retirado da sua mãe biológica, que ele tanto amava apesar de tudo o que sofria? Por fim, apesar de não ter sido o fim dos maus-tratos, “E daí” que ele foi entregue para a avó materna e que vivenciou novas situações de agressão física? Somadas ao “Fiz porque quis” e ao “E daí?”, como justificativa para o que ele havia feito, falas como “Ele mereceu” ou “Ele é um menino mau” apontavam para uma tentativa de justificar o que lhe infligiram. Imaginariamente, ele merecia tudo pelo que passou.

No trabalho com crianças acolhidas institucionalmente, situações de maus-tratos, abandono, podem ser rememoradas e representadas psiquicamente de forma distorcida por fantasias permeadas por idealizações. Na escuta dessas crianças é interessante nos questionarmos como pode se dar a aproximação e o estabelecimento do vínculo entre o psicanalista e seu paciente. Podemos pensar que colocar o corpo disponível para qualquer encontro seja uma possibilidade, pois, na medida em que ofertamos uma presença, podemos colher uma demanda que pode servir de endereçamento, de um apelo a ser escutado. Dessa forma, trata-se de o psicanalista oferecer o seu corpo, o olhar e a escuta para quem está emudecido pelo sofrimento, pela dessubjetivação vinda de um outro que não o vê, não o ouve, e não quer saber dele.

No cotidiano da prática analítica, o sujeito se surpreende ao ser olhado, ao ser convidado a brincar, desconfia, e é nesse momento que uma intervenção psicanalítica pode acontecer: a criança se aproxima apenas para olhar, depois, aos poucos, para desenhar, escrever, expressar-se por meio das brincadeiras e das histórias que cria. Oferecer-lhe palavras para que possa falar de si, convidá-la a existir, e não a (sub)existir como sujeito. Foi assim que aos poucos José passou a se sentir seguro e protegido, como toda criança deve estar; suas brincadeiras não procuravam mais provocar a dor, sua risada passou a ser ouvida, seus desenhos tinham cor. Dessa maneira, a partir daí foi possível para José fazer seus lutos e se abrir para novos laços afetivos.

O trabalho com estas crianças é complexo, pois lidamos com crianças inibidas, sem palavras para falar sobre as suas dores. Nesse contexto, ouvimos narrativas de infâncias inaceitáveis e inconcebíveis. Essa experiência, por sua vez, remete

ao abandono e ao desamparo, que são constitutivos de todo sujeito. Além disso, tal como podemos inferir da teoria lacaniana, é interessante nos atentarmos para o fato de que todo sujeito nasce antecedido por uma cadeia significativa que é compartilhada pela sociedade e pela família à qual pertence. Nesse sentido, Lacan (1964/1993, p. 187) afirma que: “se o sujeito é o que lhes ensino, a saber, o sujeito determinado pela linguagem e pela fala, isto quer dizer que o sujeito, *in initio*, começa no lugar do Outro, no que é lá que surge o primeiro significativo”. Portanto, é no campo do Outro que o sujeito aparece, o Outro é o local no qual se situa a cadeia significativa e que comanda o que vai se presentificar na vida do sujeito. Assim, o Outro primordial e o Nome-do-pai, tomados como função, poderão garantir a transmissão dos significantes fundamentais da filiação e da sexualidade, a fim de que o sujeito possa comparecer como sujeito desejante.

Em vários momentos nessa experiência clínica, encontramos crianças que tiveram seu passado ocultado, desconhecido ou fantasiado pela instituição de acolhimento ou pelos pais substitutos, que parecem acreditar ser possível construir um futuro independente do passado, como se desejassem apagar a história destes sujeitos, supondo que só se transmite o que é dito. Sabemos que não é possível apagar a história de nenhum sujeito, que é impossível se desfazer de um passado, seja ele traumático ou não, e seguir sem que os seus efeitos compareçam como sintomas para o sujeito. Ao não falarem sobre o passado dessas crianças, os pais substitutos, a instituição de acolhimento e/ou a equipe técnica da Vara da Infância não se dão conta de que a transmissão se opera à revelia de qualquer um. Afinal, o não-dito comparece na subjetividade do sujeito por meio dos processos de identificação. Identificação como algo não simbolizado, tendo em vista que fora da cadeia significativa, pura repetição que se presentifica como não dito, fora do discurso parental.

Nesses casos, os sintomas que comparecem no trabalho psicanalítico derivam de traumas, segredos de família, que levam à impossibilidade de elaboração e de transmissão do fantasma de uma geração para outra, comparecendo no Real como algo impossível de ser simbolizado, como aquilo que não para de não se escrever, conforme afirma Lacan (1972-73/1985). Nesse trabalho clínico o psicanalista procura tornar possível que uma história seja criada, produzindo uma ficção, que pode ser entendida como um modo de assumir seu lugar em sua verdade. Lacan (1957/1998) afirma que a fala só pode exprimir a verdade de forma mítica. E por meio do trabalho de análise pode ser possível ao sujeito reconstruir, ou reescrever, seu mito.

Durante o tempo de trabalho com as crianças retiradas de suas famílias de origem, encontramos questões muito similares que se repetem nos diferentes

casos, de maneira singular. São habituais sintomas como dificuldade de aprendizagem, sentimento de rejeição, de achar que está sempre errado, de se sentir burro, de traição, além de dificuldades de relacionamento, dificuldades psicomotoras e sentimentos de inadequação e de não pertencimento. Quando uma criança encontra um não saber sobre sua origem, pode se desenvolver um universo psíquico desconhecido e povoado por fantasias de horror. No lugar de sua origem, ela encontra um buraco – algo da ordem do impossível, de um Real, um estranho-familiar que aterroriza.

E os sintomas insistem em lembrar que há um pedaço perdido da história deste sujeito. Para estas crianças, há sempre uma mentira, um falseamento, algo não dito, que pode comparecer na necessidade de reproduzir sintomaticamente o abandono vivido, numa tentativa de simbolizar algo que não tem resposta para elas. Surgiria daí uma sensação de estrangeiridade, de ex-patriação? São questões que nos levam ao segundo tema que atravessa essa experiência clínica e que pretendemos discutir no próximo tópico: o conceito e o fenômeno do estranho-familiar no campo psicanalítico.

O estranho-familiar na psicanálise

Na argumentação que faremos daqui em diante, buscamos apresentar uma melhor compreensão do fenômeno do *unheimliche* (estranho), estudado e conceituado por Freud (1919/2019). Contudo, preferimos usar a expressão infamiliar, abordagem teórica desenvolvida por Iannini e Tavares (2019). O referido termo é considerado mais apropriado, porque porta essa ambiguidade em uma única palavra, tal como o *unheimliche*, junção de *un* (negação) e *heimliche* (familiar). Ou seja, o termo infamiliar pode trazer ambiguidade na tradução para o português, pois possui o *in* como negação, significando algo não familiar ou estranho, e a própria raiz familiar, para algo tido como conhecido.

Assim, entendemos por infamiliar, o fenômeno do estranho cuja função remonta a mecanismos de defesa, oriundos de uma ou mais situações traumáticas, os quais buscam censurar o reconhecimento daquilo que foi recalcado como algo que faz parte do Eu. Acreditamos que referido fenômeno se constitui como um importante elo teórico para o entendimento da experiência traumática vivenciada na clínica psicanalítica, tendo um aspecto ainda mais tocante no atendimento desses sujeitos, cujas vidas são atravessadas pelos processos de abandono, de acolhimento institucional e de adoção.

Sabemos que, na situação clínica, a interpretação do psicanalista e a associação livre do analisando sobre a experiência do estranho podem fazer surgir recordações por meio das palavras e dos afetos nelas expressos. Aludido aspecto contribui para a reintegração associativa e se faz presente nas narrativas desses sujeitos a respeito de seus processos de acolhimento e de adoção. Assim, sugerimos que uma leitura clínica da experiência de estranhamento, vinculada ao sentimento de estrangeiridade, possa ser pensada para se evidenciar o retorno do recalado e sua íntima relação com o infamiliar.

Baseados nessa concepção, acreditamos que, ainda que sua etiologia seja familiar, a característica envolta nesses mecanismos defensivos produziria a impressão de que o Eu se encontra externo ao processo, pois está relacionado às experiências traumáticas com o outro no mundo exterior. Entendemos que, ao estudar o fenômeno do infamiliar, Freud (1919/2019) identificou nele a presença do retorno do recalado e da repetição, elementos que sustentam a divisão entre consciente e inconsciente. Na referida fundamentação metapsicológica, ele descreve o aparelho psíquico como sendo formado por representações (*Vorstellungen*) e por uma parte que resiste a elas, manifestando-se como uma quota de afeto.

Sabemos que, para Freud (1919/2019), a angústia está ligada à pulsão e à ausência de representação simbólica, sendo vivida como um afeto. A pulsão se inscreve no corpo do sujeito a partir da relação primária do bebê com a mãe e, por isso, deve ser entendida como um elemento fundamental à constituição psíquica. Dizemos então que a partir desse primeiro encontro, uma parte se inscreve psiquicamente e a outra parte não, mas esta permanece como marca que não cessa de não se escrever em busca de sentido. Podemos constatar que essa parte que não se inscreve é expulsa pelo bebê como algo traumático e estranho a ele, apresentando-se como um fora-dentro, um estranho-familiar.

Freud (1919/2019) define esse fenômeno como estranho-familiar, pois algo que deveria ser íntimo e conhecido retorna de forma inquietante e desconfortável. O retorno do recalado, não simbolizado em palavras, coloca e traz à tona um aspecto perturbador, que se manifesta pela via do horror e da angústia. A angústia como o pivô do estranhamento, afeto que não engana, está relacionada ao que Lacan (1959-60/2008) nomeará mais tarde como Real, no *Seminário 7, A ética*. Assim sendo, o estranho é aquilo que retorna no discurso como algo que não é reconhecido imediatamente, mas que revela um conteúdo recalado. Podemos dizer que a fala do sujeito é atravessada pelo inconsciente e afetada pela angústia e horror em forma de *flashes* lacunares, como expressão do desejo, da pulsão e da repetição.

Ao dissecar o significado de *heimlich*, Freud (1919/2019) aponta que essa palavra “pertence a dois conjuntos de ideias que, sem serem contraditórias, ainda assim são muito diferentes: por um lado significa o que é familiar e agradável, e por outro, o que está oculto e se mantém fora de vista” (*Id.*, *ibid.* p. 282). Conforme dito anteriormente, Iannini e Tavares (2019) acreditam que isso faz da palavra infamiliar uma tradução mais adequada para o português, pois possibilita pensar o duplo (uma palavra e seu oposto) em somente uma palavra, tal como no idioma alemão. Além disso, o prefixo *un* tem valor de negação e porta em si a marca do recalque, sendo comumente usado nas palavras que definem conceitos psicanalíticos, tal como *unbewusst* (inconsciente).

Segundo Freud (1925/1969), a negação é um modo de suspender o acesso ao recalcado, ao mesmo tempo em que é a própria afirmação do conteúdo do recalque. Afinal, usamos o não como anteparo àquilo que é mencionado, como um mecanismo de defesa, como um não querer saber sobre o que foi negado. De acordo com Freud, o que transparece nessa dinâmica é que estamos lidando com a dimensão do inconsciente. Assim, o que é recalcado pelo Eu retorna através das formações do inconsciente nos sonhos, nos lapsos, nos chistes, nas fantasias, nos atos falhos etc. A essas manifestações Freud (1915/2004) inclui também o retorno do recalcado pela via do afeto, sem representação de palavras: uma sensação de infamiliaridade frente ao conteúdo que se apresenta ao Eu.

Freud (1919/2019) conceitua *unheimlich* da seguinte forma: “esse infamiliar não é nada novo ou alheio, porém algo que é familiar e há muito estabelecido na mente, e que somente se alienou desta através do processo de recalque” (p. 301). Há de se esclarecer que, de acordo com Freud (1950[1892-99]/1996), o recalque é “uma falha na tradução ... seu motivo é sempre a produção de desprazer que seria gerada por uma tradução; é como se esse desprazer provocasse um distúrbio do pensamento que não permitisse o trabalho de tradução” (p. 283).

Para Freud (1939[1934-38]/1969), as experiências dos primeiros anos de vida se caracterizam como resquícios mnêmicos relativos a um momento em que o aparelho psíquico da criança ainda está se constituindo. Assim, o processo de estranhamento e o ressurgimento do infamiliar são correlatos à dinâmica do funcionamento do inconsciente, pelo qual um afeto, inadmissível à mente consciente do indivíduo, é recalcado. Podemos constatar em Freud (1919/2019, p. 85) que:

Todo afeto de uma moção de sentimento, de qualquer espécie, transforma-se em angústia por meio do recalque, entre os casos

que provocam angústia deve haver então um grupo no qual se mostra que esse angustiante é algo recalcado que retorna. Essa espécie de angustiante seria então o infamiliar.

Compreendemos que essa falha de tradução permanece como uma lacuna e continua a fazer parte da vida psíquica do sujeito. Essa representação que sofreu recalque será capaz de produzir os mais variados fenômenos psíquicos em suas tentativas de ressurgimento à consciência, revelando-se como estrutura do sujeito, como sintoma e/ou como manifestações típicas do inconsciente. Ela carregará em si também a sensação de infamiliaridade, pois representa a revelação da aludida falha de tradução de um evento já vivenciado.

O retorno do recalcado pode ser ilustrado no contexto de uma obra literária fundamental ao arcabouço psicanalítico: o *Édipo rei* de Sófocles, a mitologia grega que, segundo Freud (1900/1996), impactou e causou fascínio ao longo da história da humanidade. Podemos nos perguntar se essa comoção não se dá em decorrência da capacidade que o mito tem de despertar o mal-estar e a sensação de infamiliaridade? Se assim for, a angústia suscitada pode remontar aos complexos mais primevos de cada um de nós, trazendo à tona nossos sentimentos recalcados. Dessa forma, o *Édipo rei*, releitura realizada por Sófocles de uma tradicional mitologia grega, pode ilustrar também a possibilidade de pensarmos o percurso de nossa constituição subjetiva.

Como veremos adiante, o contexto que envolve a jornada mítica do Édipo pode reproduzir o impacto frente à descoberta de nossa origem e à dificuldade de enxergar o que nos é próprio. No próximo tópico, tentaremos demonstrar como o mito nos transmite, de maneira metafórica, a nossa própria verdade, o traumático, o desconhecido de nós mesmos que vem à tona e nos é familiar. Este movimento pulsional infamiliar, encarnado no corpo de Édipo, pode dizer respeito a cada um de nós e pode traduzir tanto a sensação de estrangeiridade quanto a de ex-patrição do sujeito que vivenciou a sua retirada da família de origem, abrindo, conseqüentemente, o caminho para falarmos da questão do desamparo.

Uma leitura do mito edípico sob a égide do infamiliar

Não é presunçoso afirmar que as construções teóricas realizadas pela psicanálise a partir do mito edípico representam a principal contribuição que a teoria freudiana realizou com base na literatura artística. Para Freud (1907/1996), o

grande artista tem especial capacidade de traduzir em suas obras os fenômenos psicológicos que são alvos de pesquisas dos estudiosos da mente humana. Não por menos, com base na tragédia escrita por Sófocles, a psicanálise introduziu proposições teóricas que culminaram na criação do complexo de Édipo, que se configura como um tema paradigmático, mas que permanece em constante desenvolvimento na teoria criada por Freud.

Acreditamos que a inclusão do mito do Édipo na teoria psicanalítica não estabeleceu apenas a já conhecida caricatura na qual o filho elimina o pai para se envolver amorosamente com a mãe. Além dessa importante conjectura teórica, entendemos que o mito pode servir à compreensão de outros conceitos e fenômenos teóricos do campo psicanalítico. Jorge (2010) realiza uma digressão a esse respeito quando ressalta que existem lapsos e atos falhos nas falas de Édipo na peça de Sófocles. Para o autor, essas manifestações vivenciadas pelo protagonista revelam o conflito entre um saber consciente e um saber inconsciente e podem ser comparadas ao funcionamento e à dinâmica dos processos psíquicos.

Assim, podemos entender que existem situações retratadas na peça que representam artisticamente manifestações do inconsciente, que dizem respeito a uma verdade sobre o sujeito representada naquilo que escapa ao controle de sua fala consciente. Para entendermos de que verdade se trata, é necessário compreender aquilo que antecede os eventos que se desenrolam na peça de Sófocles. É justamente esse contexto, que é muito mais amplo do que é retratado no *Édipo rei*, que podemos observar outros fatos que conduzem a trajetória de Édipo e que nos endereçam à questão da estranheiridade e da ex-patriação.

Assim sendo, sabemos que os acontecimentos antecedentes à peça nos levam à história de Laio, pai biológico de Édipo. Segundo Kury (2002), Laio teve uma tórrida paixão por Crísipo e, motivado por esse sentimento, raptou seu amante. Em vista disso, Laio foi amaldiçoado pelos deuses com a imprecação de que morresse sem deixar descendentes. Tempos depois desse ocorrido, segundo os apontamentos de Kury (2008), Laio foi chamado a assumir o reinado em Tebas, cidade onde se desenrolam os eventos da peça do *Édipo rei*, casando-se com Jocasta e governando em absoluto regozijo.

Passado algum tempo, Laio estava atormentado por ainda não ter concebido um descendente após o casamento com Jocasta e decidiu consultar o oráculo de Delfos para entender a causa de tal infortúnio. Nessa ocasião, conforme aponta Graves (2018), o oráculo lhe disse que o motivo de não ter filho era mais uma benção do que uma infelicidade, revelando que, se esse filho nascesse, mataria o próprio pai. Esse parricídio era o castigo divino imprecado a Laio

pela aventura amorosa com Crísipo, considerada antinatural pelas divindades gregas.

Conhecedor desse presságio, segundo afirma Kury (2002), Laio será tomado por uma enorme preocupação ao descobrir, posteriormente, a gravidez de Jocasta. Assim, receoso de que a profecia se cumprisse, quando o primogênito nasceu, Laio amarrou o infante pelos tornozelos e ordenou a um de seus pastores que o levasse ao monte Citéron e que o deixasse lá para morte certa. Contudo, o servo não teve coragem de deixar a criança morrer abandonada naquele lugar e entregou o nascituro a um pastor de uma cidade vizinha a Tebas. Então, a criança foi acolhida por Pòlibo, rei de Corinto, que a tomou como filho e a criou juntamente com sua esposa, Mérope. Como sabemos, o menino foi chamado de Édipo, que significa pés inchados, marca inerente aos tornozelos que haviam sido amarrados por Laio. Assim, o protagonista do conto de Sófocles cresceu na cidade de Corinto alheio a tudo que tinha acontecido.

Dessas informações iniciais fica clara a questão da estrangeiridade na vida do personagem que marcou a estruturação do arcabouço psicanalítico. Édipo é um ex-patriado e carrega em seu próprio nome a marca do que é preciso esconder, do indesejável e do que está excluído. Tal como as crianças e adolescentes que citamos neste artigo, ele é estrangeiro na cidade onde foi criado e vivenciará esse ponto de falseamento. Ao pensar sobre sua origem, Édipo encontrará uma lacuna, um ponto sem tradução, funcionando como algo estranho e familiar que o aterroriza. Nesse sentido, haverá sempre algo que precisa retornar, insistindo em lembrar que existe um pedaço perdido da história deste sujeito que pode comparecer como uma tentativa de simbolizar o afeto que o aterroriza constantemente.

Segundo as afirmações de Kury (2002) a respeito do mito, no caso de Édipo, esse retorno se dá quando ele alcança a idade adulta e passa a ouvir rumores sobre a possibilidade de ser um filho ilegítimo. Em alguns versos do texto de Sófocles, Édipo deixa claro que essa desconfiança começou numa festa, quando um concidadão bêbado disse que ele seria filho adotivo. Mesmo que seus pais adotivos, Pòlibo e Mérope, jamais tenham dado espaço a outra versão sobre a chegada do filho ao mundo, tal informação gravou uma dor profunda no espírito do jovem, tornando o protagonista desconfiado e inseguro a respeito de sua origem.

Como não se negava à possibilidade de encarar outras verdades, Édipo procurou o oráculo de Delfos, para que os deuses proferissem uma explicação para esses fatos. Entendemos que questionar o oráculo sobre sua origem é o começo da saga edípica pela qual ele tenta se haver com a angústia relativa ao

infamiliar contido na suposição aventada pelo ébrio companheiro de festa. Segundo afirma Kury (2008), a resposta do oráculo para a pergunta de Édipo sobre a sua origem foi que um dia viria a matar seu pai e desposar sua própria mãe. A profecia é novamente mais uma manifestação do infamiliar, no sentido de que remete Édipo aos desejos inconscientes do parricídio e do incesto. Algo que merecia permanecer recalcado, mas que vem à tona por meio da profecia.

Tomado pelo desespero, Édipo tentou evitar seu destino, abandonando a cidade onde foi criado para que os presságios não se cumprissem. Nesse exílio, Édipo se aproximou de onde os caminhos de Dáulia e Tebas convergiam e prostrou-se indeciso a respeito de qual rumo seguir. Parado na estrada, ele acabou atrapalhando a passagem de outro viajante, seu pai biológico Laio, que seguia acompanhado por alguns arautos do reino. Em função do impasse na estrada, iniciou-se uma briga na qual Édipo desferiu golpes fatais contra seus adversários, tirando a vida de Laio: estava cumprida a primeira parte da profecia do oráculo.

Depois dessa trágica luta, Édipo segue para Tebas, que sofria com a maldição imposta pela presença da Esfinge. Segundo nos conta Kury (2008), Creonte, irmão de Jocasta, teria assumido o reino após a notícia da morte de Laio e prometera o trono da cidade ao cidadão que derrotasse a Esfinge. Quando Édipo chegou a Tebas e respondeu corretamente os enigmas da Esfinge, ele livrou os tebanos desse infortúnio. E em vista da promessa de Creonte, foi aclamado pelo povo como rei de Tebas. Mas não somente isso, a rainha viúva foi dada em matrimônio ao forasteiro. Com isso, o restante da profecia do oráculo de Delfos se cumpriu e Édipo desposou Jocasta sem saber que era a sua própria mãe.

É somente depois dos fatos relatados que a peça de Sófocles se inicia. A partir daí, podemos perceber que, na esperança de evitar a realização da profecia: matar Pólibo e tomar Mérope como amante, Édipo vai finalmente encontrar sua origem e descobrir a verdade sobre sua vida e sua ascendência. É sobre esse momento de descoberta que se trata a peça de Sófocles. E é nesse movimento em busca do desconhecido que Édipo se verá estranhamente familiarizado com todos os fatos que são paulatinamente revelados sobre sua história de vida. O infamiliar se apresenta na peça, como dito anteriormente, nos pequenos lapsos de fala e atos falhos cometidos por Édipo, demonstrando de maneira poética, assim como afirma Freud, a capacidade que o dom criativo do artista tem para antecipar os fenômenos da mente humana.

Para Freud (1917[1916-17]/1996), a peça de Sófocles é uma demonstração de como o feito realizado por Édipo, qual seja: o assassinato de Laio “é gradualmente trazido à luz por uma investigação engenhosamente prolongada

e restituído à vida por meio de sempre novas séries de provas” (p. 334). A história na peça e a história da vida de Édipo mostram que a sina desse personagem é resolver os enigmas que a vida lhe impõe, completando as lacunas em busca de uma verdade, de algo que lhe foi falseado. Essa trajetória, iniciada pelo sentimento de estranheiridade, se dá devido à remissão que o desconhecido faz ao que está presente na vida psíquica de todos nós: a angústia em vista do desamparo fundamental que atravessa cada sujeito.

O desamparo fundamental e sua participação na clínica psicanalítica

Há de se destacar que, durante a evolução teórica da psicanálise, Freud não chegou a desvincular a angústia totalmente de uma origem, por assim dizer, traumática. Nesse sentido, ele afirma que não podia se posicionar contra a existência de uma dupla origem da angústia, sendo “uma, como consequência direta do momento traumático, e a outra, como sinal que ameaça com uma repetição de um tal momento” (FREUD, 1933[1932]/1996, p. 97). Segundo aponta Cassorla (2015), isso mostra que Freud mudou sua concepção original, na qual a angústia era resultante da falta de descarga de libido diante das excitações, para uma noção de angústia como sinal.

Referido sinal teria como função alertar o ego em situações de ameaças advindas de representantes inconscientes indesejáveis, ativando “a utilização de mecanismos de defesa por parte do ego, com o intuito de refrear esses impulsos e seus derivados” (CASSORLA, 2015, p. 494). O desamparo inerente à condição humana, vivenciado desde o nascimento, seria o protótipo para ativação desse sinal de alerta diante de excitações provenientes tanto de condições internas quanto externas. Ou seja, o principal afeto atuante nesse momento estaria ligado ao retorno do recalcado relativo à situação traumática original, vinculando a angústia com o conceito de desamparo fundamental, representado pelo termo em alemão: *Hilflosigkeit*.

Para Pereira (2008), a palavra *hilfos* isolada significa: sem ajuda – e indica alguém que é incapaz de se sair bem por si mesmo. Quando se adiciona a essa palavra o sufixo *ig* e a terminação *keit*, muda-se a classe gramatical da palavra. Assim, o termo passa de adjetivo qualificador do sujeito para um substantivo, que indica um estado ou condição à qual alguém está submetido. Enquanto adjetivo qualificador, poderíamos pensar no desamparo como uma característica da qual o sujeito poderia ou não se desfazer ou que poderia ou não viver. Contudo, quando nos referimos ao conceito de desamparo fundamental

como um estado ou condição, devemos entender que o estado de desamparo é uma característica inerente ao sujeito, inerente à experiência humana.

Em vista disso, Pereira (2008) aponta para uma evolução também do conceito de desamparo, que passa a ser concebido não apenas “como uma etapa ou um momento do funcionamento psíquico, temporalmente delimitável, mas como algo que acompanha o homem durante toda sua existência” (p. 131). Dessa forma, o conceito de desamparo fundamental ganha conotações mais complexas, tendo repercussão no campo psíquico do sujeito durante toda a sua vida e não apenas relativa ao período da primeira infância e da dependência da figura materna.

A partir disso, podemos entender que a vivência originalmente traumática é precursora de toda a angústia vivenciada sob a forma de desamparo. E, considerando o enquadre da situação psicanalítica, torna-se também o vetor responsável pela mudança psíquica que pode se iniciar durante uma psicanálise. Isso porque, ao ser confrontado com o estado de desamparo inerente à condição humana na situação psicanalítica, o sujeito pode colocar em movimento toda sua função criativa na tentativa de se haver com seu sofrimento.

Sendo assim, supomos que o falseamento inerente às histórias de vida das crianças e adolescentes que citamos neste artigo reforça a percepção de si mesmos como sujeitos faltantes e que a escuta psicanalítica à qual são submetidos os conduz a um confronto com esse estado de desamparo. Conforme afirma Pereira (2008, p. 213), “é da aceitação desse vazio, justamente lá de onde se esperava por garantias, que poderá surgir existencialmente algo da ordem de um projeto”. Assim, inseridos na dinâmica proporcionada pelo ambiente clínico, esses sujeitos são remetidos à condição de desamparo fundamental, permitindo, na mesma medida, que se coloquem em movimento e em busca de um processo de autoengendramento e de constituição de um projeto.

Fica evidente que a referência a esse estado de desamparo fundamental produz-se como um fenômeno que remete ao conceito de infamiliar que tratamos aqui e é atravessado pelo sentimento de estraneiridade evidenciado nesses casos. A sensação de estranhamento remete ao falseamento intrínseco tanto da história de vida dos sujeitos em processo de análise, quanto ao que descobrimos sobre a história do protagonista do mito edípico. Nesse sentido, os eventos que envolvem o mito edípico se assemelham simbolicamente ao que envolve o processo de psicanálise e de constituição de cada sujeito. É somente ao ser remetido ao estranho-familiar de sua condição de filho adotivo que Édipo vai engendrar todo o processo de descoberta que se concretiza no enredo da peça.

A partir da clínica com as crianças acolhidas institucionalmente, podemos afirmar que, na experiência da saída da família de origem e na sua inserção em um abrigo, a criança se depara com o seu próprio infamiliar no encontro com um outro que lhe é estrangeiro. E é, também, como estrangeiro que ela está neste momento. O lugar que o recebe não lhe proporciona um amparo simbólico, pois estar no estrangeiro é estar diante de um espelho que revela, muitas vezes, uma imagem que não dá suporte ao sujeito, que evoca a sua diferença, a sua estrangeiridade, diante do que seu desamparo infantil é evocado.

Os desconhecidos do lugar e de si mesmo ficam em evidência, as coordenadas simbólicas do sujeito desaparecem e o sujeito se encontra, então, deslocado psiquicamente, sem a possibilidade de dar sentido à sua falta constitutiva e na iminência de se desorganizar, tendo em vista que para além de ser um sofrimento, é a perda de um lugar de pertencimento e, por isso, muito desorganizador. Esse é o sofrimento mais arcaico do sujeito em condição de estrangeiro. Segundo Lacan (1961-62/2003), a angústia é um afeto que revela a situação do desamparo, revela a perda de reconhecimento e de proteção em relação ao desejo do Outro. Estar desamparado é estar sem ajuda, sem recursos diante de um Outro que não se sabe como responderá.

Tal como falamos, este é um momento de desestabilização, de caos, momento de desamparo e de separação. Diante disso, a criança, num primeiro momento, na condição de estrangeira, pode se situar na fronteira, entre o dentro e o fora. É estrangeira para aqueles que a recebem e é como estrangeira que se coloca. A aposta da psicanálise é que há aí um sujeito e que a escuta psicanalítica pode contribuir para que a separação do sujeito ocorra e para a sua movimentação em direção a uma nova posição subjetiva, pois tal separação possibilita a falta, que é condição da estruturação subjetiva e motor do desejo. No caso das crianças retiradas das suas famílias de origem e acolhidas institucionalmente, a aposta da psicanálise é que, por meio do trabalho de análise, possa ser possível ao sujeito reescrever sua história e assumir nela um novo lugar.

Dito de outro modo, no trabalho de análise, é a partir das lembranças, dos vazios e dos silêncios que é possível fazer dos fragmentos daquilo que foi vivido uma fantasia de modo a dar ao sujeito um lugar. Sendo assim, podemos dizer que o sujeito se estrutura como uma ficção e que o trabalho de psicanálise proporciona ao sujeito criar uma ficção que lhe possibilite se colocar em outro lugar. No trabalho com essas crianças lhes é dado um espaço de fala e um espaço para nomear e articular simbolicamente o que eclodiu do Real, da falta de sentido, a fim de lhes possibilitar se haver com a própria falta e, a partir

disso, suportar sua condição de maneira criativa. A proposta da psicanálise na clínica com as crianças acolhidas é oferecer um olhar e uma escuta a fim de que possam articular seus sofrimentos e reescrever suas histórias.

Sendo assim, entendemos que o infamiliar surge para cada sujeito como vetor para esse processo de reconfiguração da sua própria história e das implicações que dela decorrem. Esse processo que se dá a reboque da situação psicanalítica é, pois, uma alusão à nossa condição de desamparo fundamental. Ao mesmo tempo, é em vista dessa condição que nos estruturamos como sujeito e que precisamos nos haver com o nosso sofrimento, sendo capazes de escrever uma nova ficção. Enfim, acreditamos que o dispositivo psicanalítico tem por horizonte operar modificações a fim de propiciar que o sujeito construa novos modos de funcionamento, levando em consideração a singularidade da invenção de que é capaz cada um, sempre às voltas com sua própria história.

Considerações finais

Deveras, a necessidade evidente somada à imposição legal de que a instituição de acolhimento realize a preparação psíquica das crianças e dos adolescentes encaminhados para adoção apresentou à psicologia e, conseqüentemente, aos psicanalistas, um novo campo de atuação, tal como fora previsto por Freud. Acreditamos que o breve relato apresentado neste artigo sobre o atendimento realizado no referido contexto demonstra que a psicanálise se mantém apta a realizar teórica e tecnicamente nesse que é um entre vários contextos que vivenciamos na contemporaneidade.

Verificamos que a atuação no acompanhamento psicológico de crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente é palco fecundo para considerações teóricas e para questões que perpassam a prática cotidiana do psicanalista, notadamente no que se refere à constituição do sujeito e aos fundamentos basilares da teoria psicanalítica. Especificamente neste artigo, concentramo-nos em alguns aspectos teóricos que entrelaçam os conceitos de estrangeiridade, do infamiliar e do desamparo fundamental. A fim de pensar a questão do infamiliar e do estrangeiro, também trouxemos uma releitura sobre a peça escrita por Sófocles. E uma investigação mais aprofundada na mitologia do Édipo nos endereçou para a questão do desamparo como condição fundamental de cada sujeito e como força motriz do processo analítico.

Inferimos que a estrangeiridade vivenciada pelas crianças acolhidas aponta para um não saber, melhor dizendo, para um não-dito que comparece na subje-

tividade desses sujeitos por meio de sintomas. No atendimento psicanalítico destas crianças, surgiam sentimentos de estranhamento ou de estrangeiridade aparentemente inexplicáveis, como se manifestassem saudades e angústia em relação a um tempo estranhamente familiar. Para essas crianças, há sempre uma lacuna e os sintomas que comparecem insistem em lembrar que existe um pedaço perdido das suas histórias, os quais trazem consigo o sentimento de infamiliaridade e de estrangeiridade, que podem ser um meio de acesso ao recalcado na clínica psicanalítica. Isto é, por meio do trabalho de psicanálise, poderá ser possível ao sujeito criar uma história, produzir uma ficção, ficção como via possível de se fazer algo com aquilo que escapa ao simbólico.

A partir do encadeamento teórico que foi desenvolvido, compreendemos que, mesmo em condições atípicas ao modelo clássico da clínica psicanalítica, sempre pensando nas particularidades desse trabalho de psicanálise, as intervenções com as referidas crianças se deram a partir da construção de um dispositivo clínico de escuta do sujeito do inconsciente referenciado pelos operadores clínicos, tais como a transferência, a repetição etc. Assim, podemos dizer que o atendimento psicanalítico das crianças acolhidas institucionalmente possibilitou a esses sujeitos se reconstruírem diante da separação, se reconhecerem, se reinterpretarem e se reinventarem.

Tramitação

Recebido 01/10/2024

Aprovado 14/08/2025

Referências

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Presidência da República - Casa Civil, 1990.

_____. Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. Nova Lei da Adoção. Presidência da República. Casa Civil, 2009.

CASSORLA, R. M. S. Abordagem psicodinâmica do paciente ansioso: transtorno de pânico e Transtorno de ansiedade generalizada. In: EIZIRIK, C. L.; AGUIAR, R. W.; SCHESTATSKY, S. S. (Org.). *Psicoterapia de orientação analítica: fundamentos teóricos e clínicos*. Porto Alegre: Artmed, 2015. p. 493-512.

FREUD, S. (1925). *A negativa*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. (Obras completas, 19).

- _____. (1939[1934-38]). *Moisés e o monoteísmo*. Rio de Janeiro: Imago, 1969. (Obras completas, 22).
- _____. (1900). *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 4 e 5).
- _____. (1907). *Delírios e sonhos na Gradiva de Jensen*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 15-88. (ESB, 9).
- _____. (1917[1916-17]). *Conferências introdutórias sobre psicanálise*. Parte III. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (ESB, 16).
- _____. (1919[1918]). *Linhas de progresso na terapia psicanalítica*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 129-138. (ESB, 17).
- _____. (1933[1932]). *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 13-180. (ESB, 22).
- _____. (1950[1892-99]). *Extrato dos documentos dirigidos a Fliess*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 219-331. (ESB, 1).
- _____. (1950[1895]). *Projeto para uma psicologia científica*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 335-454. (ESB, 1).
- _____. (1915). *O recalque*. Rio de Janeiro: Imago, 2004. p. 175-186. (Escritos sobre a psicologia do inconsciente, 1).
- _____. (1919). *O infamiliar [Das Unheimliche]*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Obras incompletas de Sigmund Freud).
- GRAVES, R. *Os mitos gregos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- IANNINI, G.; TAVARES, P. H. Freud e o infamiliar. In: FREUD, S. *O infamiliar [Das Unheimliche]*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019. (Obras incompletas de Sigmund Freud).
- JORGE, M. A. C. *Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan*, v. 2: a clínica da fantasia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- KURY, M. da G. *A trilogia tebana: Édipo Rei, Édipo em Colono, Antígona/Sófocles*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- _____. *Dicionário da mitologia grega e romana*. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- LACAN, J. (1953). Função e campo da fala e da linguagem em psicanálise. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. (1957). A instância da letra no inconsciente ou a razão desde Freud. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. (1958-59). *O seminário, livro 6: O desejo e sua interpretação*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

_____. (1959-60). *O seminário, livro 7: A ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. (1961-62). *O seminário, livro 9: A identificação*. Recife: Centro de Estudos Freudianos do Recife, 2003.

_____. (1964). *O seminário, livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

_____. (1972-73). *O seminário, livro 20: Mais, ainda*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

PEREIRA, M. E. C. *Pânico e desamparo: um estudo psicanalítico*. São Paulo: Editora Escuta, 2008.